

Luta pela igualdade

Josaphat Marinho

O tricentenário da morte de Zumbi, ocorrida em 20 de novembro de 1665, lembra, a um tempo, seu vulto heróico de “chefe negro” e a importância histórica do Quilombo dos Palmares. Reunião ou associação livre de negros em luta contra a escravidão, como outras que se formaram no país, esse quilombo e seu comandante têm significado singular nos embates da raça oprimida. Concentrou milhares de escravos, vindos, como refere Edson Carneiro em seu livro *O quilombo dos Palmares*, “dos canaviais, dos engenhos de açúcar, dos currais de gado, das senzalas das vilas do litoral, em busca da libertação e da segurança”. Animava-os a resistência comum à vida submissa.

Como em todo movimento de rebeldia, havia os mais decididos, que tomavam a iniciativa da fuga do domínio do senhor, e os que precisavam do convencimento ou da captação dos combatentes destemidos. Daí um núcleo de organização no quilombo, até como estímulo ao abandono da escravidão, nas cercanias a que chegasse a notícia. Por isso o autor da valiosa monografia, já invocada, informa, também, que “os escravos que, por sua própria indústria e valor, conseguiam chegar aos Palmares, eram considerados livres, mas os escravos raptados ou trazidos à força das vilas vizinhas continuavam escravos. Entretanto, tinham uma oportunidade de alcançar a alforria: bastava-lhes levar para os mocambos dos Palmares algum negro cativo”. A distinção provisória era, portanto, forma inteligente de despertar o sentimento de liberdade no escravo indeciso. Não era preconceito, mas convocação dos tímidos à reação libertadora. Representava um tipo de ordenação simples e eficaz da luta contra os poderosos.

O exemplo, embora elementar, bem que serve para orientar hoje a consolidação do processo de igualdade racial. Superada ou varrida a instituição da escravatura, e com o



desenvolvimento cultural e a disponibilidade dos meios de comunicação social, cumpre utilizar fortemente a inteligência, e não a desconfiança. Não há que alimentar a prevenção dos discriminadores. Pouco importa indagar se há um “racismo brasileiro”, e “que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele”, segundo observa Darcy Ribeiro. Eficiente é apelar para os meios asseguradores da igualdade. A Constituição de 1988 assim garante. Proclama, no art. 3º, como um dos objetivos fundamentais da República, “promover o bem de todos sem preconceitos”, inclusive “de raça”. No art. 5º declara, de começo, a igualdade de todos perante a lei, “sem distinção de qualquer natureza”. No inciso 42 desse artigo preceitua que “a prática do racismo

constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão”. Além dessas normas genéricas, estabelece, no art. 206, em garantia do desenvolvimento da personalidade, que o ensino será ministrado com base, entre outros princípios, na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Impede, desse modo, uma das piores formas de discriminação. Já no art. 221 estipula que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão a certos princípios, entre os quais o “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. Proíbe, conseqüentemente, que a comunicação possa ser veículo de informação prejudicial à dignidade da pessoa. E para explosões de racismo existe, desde antes da Constituição de 1988, a Lei Afonso Arinos.

Se, apesar do que a Constituição prescreve na ordem social e econômica, há ricos e pobres, privilegiados e destituídos de privilégios, tal situação alcança negros e brancos. A discriminação, no particular, resulta do regime capitalista, que privilegia pelo poder econômico, e não em virtude da cor. Negros e brancos igualmente sem fortuna devem estar irmanados na luta contra a injustiça social, que não conhece nem respeito cor.

Qualquer que seja, enfim, a origem ou o ângulo dos contrastes sociais, a igualdade há de ser conquistada e mantida pela reivindicação vigorosa e pela prática possível e decidida. Admitir a negativa ou o resmungo dos que discriminam, é fazer o jogo da desigualdade. A igualdade se afirma pela consciência de torná-la efetiva, que é também forma de vencer obstáculos.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia